



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

**ATA DA 5ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER DE MINAS GERAIS – CEM/MG, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2022.****Presidência de Telma Patrícia de Moraes Santos**

Às 14h30min, reúnem-se através da Plataforma Zoom Link: [us02web. zoom.us/j/83104970152?pwd=bWpNYzFqd0VBZDJ2RkZ5WU1hNW5WZz09](https://us02web.zoom.us/j/83104970152?pwd=bWpNYzFqd0VBZDJ2RkZ5WU1hNW5WZz09) em plenária extraordinária do Conselho Estadual da Mulher, doravante identificado CEM/MG. A reunião plenária foi dirigida pela Presidente do Conselho Estadual da Mulher. Sra. Telma Patrícia de Moraes Santos, e estavam presentes as seguintes conselheiras: Representando o Movimento do Graal no Brasil - GRAAL a Sra. Arlete Alves de Almeida (titular); Representando a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - SECULT a Sra. Barbara Bella Paiva (titular); Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/Subsecretaria de Esportes - SUBESP a Sra. Evelyn Klein Esteves de Lima (Titular); Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE/Subsecretaria de Direitos Humanos - SUBDH a Sra. Juliana de Melo Cordeiro 10 (suplente); Representando a Subsecretaria Trabalho e Emprego – SEDESE a Sra. Karen Michelle Antonia de Oliveira; Representando a Secretaria de Estado de Educação – SEE a Sra. Leidiane Ferreira Marcelino de Souza (titular); Representando a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão a Sra. Marilia Rafael Abreu silva; Representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, a Sra. Marly Duarte de Souza (titular); Representando a Secretaria de Estado de Governo - SEGOV, a Sra. Tatiana Silva Moraes Ramos (titular); Representando o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - SINPROMINAS, a Sra. Telma Patrícia de Moraes Santos (titular); Representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB a Sra. Terezinha Lúcia de Avelar (titular) e a Sra. Marilda Silva (suplente), Justificaram a ausência as conselheiras: a Fernanda Danielle Gandra Rodrigues, Arlene Paula Guedes, Lilian Tatiane, Ane Karine, Andreza Rafaela, Tatiane Carvalho, Sofia Benfica, Haline Cristina e Zelia. Auxiliaram na reunião as servidoras da secretaria executiva do CEM: Elenir Rios, Junia Beatriz Mattos e Arlete Alves. Contamos com a participação dos seguintes convidados: Dra. Samanhta Vilarinho representante da Defensoria Pública, Sra. Helen Perrella da Coordenadoria de Rede de Enfrentamento do Alto do Jequitinhonha, Bárbara Ravena da União Brasileira de Mulheres, Izadora Cristina, Juliana Viegas e Daniela Bicalho. Depois de aberta a reunião e verificada a presença das conselheiras, deu-se seqüência às seguintes pautas: **1** - Aprovação da Ata da última Sessão Plenária Extraordinária ocorrida no dia 12 de novembro de 2021; **2** - Apresentação e Aprovação do Calendário de Reuniões Plenárias para o ano de 2022; **3** - 08 de Março – Dia Internacional da Mulher; **4** - Eleição do Conselho ou indicação das representantes da comissão eleitoral para dar início ao processo eleitoral; **5** - Encaminhamentos; e **6** - Encerramento: I – Abertura: Às 14:45min, depois de verificado o quórum, deu-se início à reunião plenária com a apresentação da **Dra. Samantha** que fez uma colocação sobre a ausência de convite para a participação do Ministério Público, nas reuniões plenárias do conselho. **A conselheira Arlete de Almeida** cumprimentou a todas em especial a **Dra. Samantha** por participar e contribuir com a pauta, a Conselheira Karen cumprimentou a todas e colocou a importância da participação da **Dra. Samantha**. E ainda informou sobre o projeto realizado no Aglomerado da Serra, por ser um projeto importante achou por bem trazer esta pauta. A Presidente do Conselho **Telma Patrícia** fala que o conselho estava efetivamente paralisado buscando solucionar os problemas e por isso foram feitas varias reuniões plenárias extraordinárias, e, portanto houve o debate na ultima reunião

plenária de 12 de novembro de 2021, em relação ao processo seletivo e que foi comunicada sobre a necessidade de criação de uma comissão eleitoral para iniciar o processo seletivo, e assim, foi deliberado na plenária o encaminhamento de solicitação de prorrogação do mandato, e em resposta obtivemos a solicitação negada. Telma explica que esta plenária tem a objetividade de dar conhecimento para todas presentes na plenária sobre a negativa de prorrogação do mandato e aprovação da ata anterior realizada no dia 12 de novembro de 2021, antes de continuar, a Presidente faz a leitura de um texto elaborado como um manifesto de algumas conselheiras expressando tudo que a sociedade civil vivenciou durante este período, o texto diz: O atual mandato do Conselho Estadual da Mulher tomou posse na data de 22 de maio de 2020 em Cerimônia virtual, desde então, todas as plenárias têm acontecido da mesma forma. A mesa diretora foi eleita na plenária realizada na data de 05 de junho de 2020, tendo o pleno eleito às conselheiras: Bárbara Ravenna Martiniano de Assis (UBM), Jailane Devaroop Pereira Mattos (SEDESE/SUBDH), Telma Patricia de Moraes Santos (Sinprominas), como presidenta, vice-presidenta e secretária respectivamente. As conselheiras Bárbara e Débora apresentaram requerimento de afastamento das funções no Conselho para concorrer ao pleito eleitoral e imaginavam retornar para o Conselho após as eleições, fato que não ocorreu pois em agosto do mesmo ano o Conselho recebeu memorando e nota jurídica que tratavam da impossibilidade de retorno das conselheiras afastadas e, portanto, sua conseqüente exoneração. Este fato trouxe outro problema para o Conselho, pois a secretária Telma teve de assumir a presidência com o afastamento e exoneração da conselheira Bárbara, pois se verificou que a conselheira Jailane não estava devidamente nomeada à época e isso invalidou sua eleição como vice-presidenta. Ainda em agosto de 2020, em reunião plenária, as conselheiras decidiram apoiar por unanimidade que as conselheiras candidatas apenas se afastassem para o pleito eleitoral e comunicaram o Governo do Estado por meio de ofício. A decisão tomada em reunião plenária de um Conselho legalmente constituído foi, no entanto, desrespeitada, pois foi mantida a exoneração das conselheiras mesmo com a apresentação de todos os argumentos contrários e tentativas de diálogo por parte das conselheiras. O Governo indicava que as entidades nomeassem novas conselheiras, mas entendeu-se que fazer isso era concordar com uma decisão totalmente arbitrária e colaborar para manutenção da mesma. Essa luta pela defesa de um direito que o Conselho entendeu estar sendo desrespeitado, manteve-se por todo o mandato sendo sempre rechaçadas pelo Governo que manteve sua postura e o afastamento das conselheiras, conforme ainda último ofício recebido em julho de 2021 e nota jurídica em resposta ao ofício e parecer enviados ao Governo pela sociedade civil. Como construir a luta pelas mulheres do Estado a partir do desrespeito aos direitos das mesmas dentro do próprio Conselho por parte do Governo? Outra luta travada pelas conselheiras tratava das cadeiras destinadas ao chamado "Notório Saber". São duas vagas da sociedade civil a título de notório saber, no entanto, as exigências feitas (relativas à titulação, pesquisa, atuação) inviabilizam o preenchimento das mesmas. As conselheiras pleitearam a alteração do decreto para que todas as cadeiras da sociedade civil fossem preenchidas pelo mesmo processo e que o 'notório saber' continuasse sendo uma possibilidade de convite para compor as discussões nas reuniões. Na plenária ordinária de março de 2021 as conselheiras deliberaram por paralisar as atividades do Conselho até que seus pedidos de regularização fossem atendidos, desde então, as plenárias que ocorreram foram em caráter extraordinário, sempre para tratar de andamentos relativos às questões de alteração do decreto. Ainda em 2021 o Conselho foi atendido para a construção de um novo texto para o decreto e está pendente a publicação do mesmo. O novo decreto foi uma construção da equipe governamental, apresentado pelo subsecretário Duílio em plenária, foi analisado e aprovado por unanimidade pelas conselheiras, consta em ata sua aprovação e precisa ser publicado na sua íntegra, mesmo porque todas as conselheiras receberam via e-mail a minuta aprovada em plenária realizada para este fim. Na última plenária ocorrida em novembro de 2021 foi informado que o mandato das conselheiras terminaria em fevereiro de 2022 e seria necessária composição de comissão eleitoral. As conselheiras, no entanto, questionaram a coerência em compor comissão e dar andamento a um processo baseado em um decreto que foi fruto de tantos debates dentro do Conselho e já havia inclusive novo texto aprovado apenas aguardando publicação. Foi então deliberado apresentar pedido de prorrogação do mandato para possibilitar a publicação do decreto e a comissão eleitoral fosse composta para organizar os trabalhos já considerando as novas propostas pleiteadas e aprovadas. Mais uma vez o Governo se mostra arbitrário ao negar a prorrogação do mandato, prorrogação que cumpriria o papel de adequar-se ao já acordado e aprovado. A partir deste breve relato é possível destacar, infelizmente, algumas observações a respeito da postura do atual Governo em relação ao Conselho Estadual da Mulher: As conselheiras afastadas para o pleito eleitoral,

conselheiras da sociedade civil e não remuneradas pelo Estado no exercício de seus mandatos, tiveram seu direito tolhido a partir de uma interpretação inadequadamente a elas aplicada, desconsiderando os argumentos apresentados e desconsiderando decisão soberana em plenária de Conselho. É incoerente que um Estado que queira promover a participação das mulheres nas políticas públicas a elas destinadas, puna as mulheres que tem a coragem de participar do processo eleitoral. O Governo não mostrou nenhuma celeridade e sequer pró-atividade no sentido de buscar soluções para um Conselho paralisado: todas as reuniões ocorridas, todo o andamento, foi sempre motivadas a partir das conselheiras da sociedade civil. Ainda quanto ao decreto, com alteração arduamente construída e aprovada pelas conselheiras, questiona-se: por que a demora em publicação se há de fato boa fé do Estado em atender ao pedido? Se há intenção do Estado em promover a publicação do decreto, qual a razão para insistir em um processo eleitoral para o Conselho com base em um texto ultrapassado e não conceder prorrogação do mandato? Destaque-se: aqui se questionam as reais intenções, não as notas construídas com o único propósito de negativa. Assim, as Conselheiras representantes da Sociedade Civil terminam seus mandatos com profundo pesar ao perceber que o Governo do Estado não demonstrou vontade política para solucionar quaisquer problemas que se colocaram no caminho do Conselho, profundo pesar ao ver os direitos das mulheres negados dentro do espaço que deveria ser o maior promotor da participação das mesmas nas políticas públicas que pudessem de fato mudar suas vidas. Telma resume que este texto demonstra um infeliz fim de mandato, **A Conselheira Arlete**, expõe que sente tristeza com a situação do conselho e fizeram campanhas para construção de políticas para as mulheres possam ter voz, mas falando de governo, o governo sempre aparece como um sujeito indeterminado e tudo fica muito vago, e são muitas secretarias e muitas pessoas trabalhando para dizer não , e como podemos garantir uma discursão e uma luta das mulheres em espaço de poder como as conselheiras que tiveram coragem e colocaram os nomes e foram afastadas, mas não vê isso como uma punição que atingiu a conselheira Bárbara esse outras conselheiras afastadas e não foram uma punição somente para ela mas sim para todas as mulheres de Minas Gerais, e o um sentimento de agonia, em saber que as políticas publicas, são utilizadas para nos punir, e vive cedendo e aprovou o decreto discutimos em duas reuniões o decreto ponto por ponto, e não desmerecendo o rapaz que nos conduzia, mas até isso é um homem que conduz para dizer sim o não e este é um jogo de faz de conta e que somos submetida a ele deixa um tanto descontente e acha que este conselho tem que ficar na história, um conselho que foi eleito mas não funcionou, porque um governo com um sujeito indeterminado porque passa por várias mãos e não deixou que o conselho funcionasse, e este é o sentimento que tem. **A Conselheira Marly** cumprimenta a todas e apresenta que tem o mesmo sentimento de um fim do mandato muito triste, mas sabe de tudo que passou, mas já imaginava que seria assim neste governo, prova disso o afastamento das conselheiras, e concorda com a conselheira Arlete, os conselhos praticamente nenhum esta atuando nem funcionando legal, como aconteceu com o conselho de Juventude que é mais um exemplo, Marly falou que continua repudiando esta atitude porque se não for assim não faz sentido esta participação das mulheres na política e foi muito trabalho no passado e acontece isso dentro do conselho, se isso acontece dentro do conselho onde foi feito todo um amparo, e apoio imagina as mulheres que estão fora, e deixa seu manifesto de repudio a esta situação e afirma sua assinatura nos documentos que é todo nosso que representa o histórico e a vai ficar na história do conselho que nem existiu desde a posse das conselheiras e não funcionou como era para funcionar. **Telma** se posiciona e solicita para as convidadas se manifestarem no momento importante e as demais companheiras do governo que sempre se colocaram solícitas as nossas necessidades e nossos pleitos e acha que algo mais importante é o que construímos juntas e foram bem acolhidas e nunca houve nenhum tipo de barreiras e disputas entre nós, e isso podemos afirmar e confirmar entre as conselheiras. **A convidada Helen Perrella**, fala que se sente muito contemplada com a fala e tem acompanhado toda esta angustia e sente estar contemplada com a fala da Telma e das conselheiras Arlete e Marly, acha inadmissível no momento que estamos vivendo aceitar mais este tipo de violência que é uma violência muito grande e concorda com Arlete que não só a Bárbara e Débora que sofreram mas foram todas as mulheres do Estado de Minas Gerais, que em um período de pandemia sofreram diversos tipos de violações, e não tivemos um conselho totalmente atuante por esta situação, e fica o apoio a esta manifestação e as mulheres da região do vale de Jequitinhonha as companheiras e ao documento inscrito, Telma acrescenta que a Luciana também foi afastada. **A conselheira Tetê** inicia fala dizendo que esta reunião caiu exatamente na data da reunião do conselho municipal de direitos das mulheres que todos os anos acontecem nessa data, mas era a data que tínhamos, portanto está participando das duas reuniões inclusive esta na presidência da reunião do

município e enquanto estão falando lá, dá tempo de fazer intervenção aqui, mas teve a grata surpresa com a fala da Arlete e foi contemplada, mas teve a grata surpresa com a fala da Arlete e sente contemplada perfeitamente com a fala assina embaixo. A Helen também, a convidada Helen também vem me contemplando como a própria Marly também e a leitura do texto que é fiel em tudo que aconteceu com a gente que é na verdade um resgate histórico e precisa fazer parte da nossa ata para que a gente não precise ficar recontando isso de recontar é doloroso, significa passar pela violência institucional novamente e são momentos desagradáveis permeável por momento de muita garra nossa de voltar por conta de um decreto, voltar para validar uma ata, e a gente foi fazendo do jeito que a gente podia para garantir que a coisa acontecesse e para o Estado de Minas Gerais, realmente nós não somos referência mais, estou no conselho municipal de direitos das mulheres, vi reverberar muita situação que é do estado passando a ser feito pelo município por que Tetê esta aqui Tetê estava lá, e acabava que o conselho estadual não dava resposta e sempre caiu nas minhas mãos nas mãos do conselho da mulher, então vejo que nós no formato que nos foi imposto e não nos deu vazão para o que nós estamos solicitando, nós solicitamos. Nós pedimos a prorrogação dos mandatos, coisa que é possível em qualquer conselho e também nos foi negado, então a gente esta no movimento de tentar se reerguer e com um receio muito grande de falar que a culpa é nossa, então a gente vem caminhando, arrastando e a coisa vem depondo na nossa frente, a cada momento o desmonte vem, mas a gente tem muita força, a gente é muito forte e isso esta sendo feito com conselho porque a gente tem conselheiras que são aqui a gente tem conselheiras que são de garra, de força e de luta e talvez seja por isso, então acho que quanto mais você provoca a resistência e não fica recuada, quanto mais você faz mais a ofensiva vem. Eu entendo a luta diria nossa, entendo que a luta é política, não vamos nos enganar que a luta esta em cada canto do conselho da mulher esta no outro implicado. Nós estamos falando de nós estamos falando de política publica que depende do entendimento deste governo de estar fazendo ou não o que a sociedade civil solicita, discute, combina e aprova conjuntamente, então acho que neste momento agente esta cansada, e estou mesmo cansada e falei mesmo que estou indo para a reunião, mas não quero fazer intervenção, a gente não resiste e fala. Acho que é o ultimo momento de falar nessa gestão e sofremos de mais, a sociedade civil sofreu muito e não me engano, as representantes do governo também sofreu, porque não é fácil ver e não sentir e aqui a gente esta na defesa inclusive do decreto e até na questão das representantes do governo quando pede pra elas um relatório das plenárias se existe ata. Estamos aqui, e estamos aqui neste momento tentando conversar de coisas e que vai fazer a intervenção agora do ponto de pauta que é o 08 de março, e não acredito que vamos fazer um 08 de março e o Conselho Estadual da Mulher dia 14 de fevereiro extingue-se o prazo, e não acredito que a gente vai se reunir para fazer intervenção neste 08 de março, o 08 de março nosso, é a nossa bandeira de existir, e acho que a gente tem que pensar agora é na constituição desta comissão e não vou estar perto porque provavelmente não vou ficar alinhada em uma comissão que vai me tirar a possibilidade de estar na como candidata, se eu, participo da comissão eu fico fora do Conselho nome não volta, então faz parte do jogo, e estou aqui coadunando com o que as colegas falaram o que sentiram e deixamos o Ministério Publico, ALMG e Defensoria Publica de fora e não era competência nossa de convidar para as plenária e não creio que a responsabilidade era nossa. Eu não prestei atenção nesse problema por estar tão focada nas conselheiras, isso compete a quem? Quem esta mexendo com o decreto, quem chama para a posse, se chamaram à sociedade civil, porque não chamaram o Ministério Publico, ALMG e Defensoria Publica que está no artigo do decreto, e muitas vezes buscamos a OAB, Ministério Publico e a Deputada Ana Paula da ALMG, de alguma forma buscamos porque não tinha a presença do governo aqui no conselho e responsabilizo a quem faz toda esta coordenação de uma eleição de conselho e toda a programação de chamar as entidades, que não sou eu e nenhuma conselheira da sociedade civil que teria que fazer, presidente nem teve, porque assim que ela chegou já foram se desfazendo dela, então de quem seria a responsabilidade de convidar seria da Coordenadoria, da SEDESE, ou de quem? Que sabe muito bem fazer um decreto que disse muito bem que o decreto não precisava passar pelo conselho e isso foi dito pelo subsecretário Duílio, e veio direto a mim, que este decreto poderia passar por outro caminho, bastava um governante executivo fazer este decreto, eu sei que Podia sim, então deixo aqui meu ultima discurso minha ultima intervenção, e chamo de discurso porque é um discurso e é derradeiro e agradeço mesmo a todas as companheiras que estiveram muita garra de esta com a gente, mesmo com as câmaras fechadas assim como a minha esta agora ela tem um recado, todas as conselheiras representantes do governo quando silenciaram estavam concordando e assinando com tudo que fizemos até agora e tudo que aconteceu com a sociedade civil reverberou nas conselheiras do governo que não podia falar,

entendo este momento político que estamos vivendo e entendendo que a luta esta para mais do que isso esta para mais de metro, e se a gente sorrir agora é um sorriso que a gente é muito capaz, agradece a Telma por assumir este conselho vindo do Interior e assumiu com muita calma e tranqüilidade, calma que as vezes eu não tenho porque sou muito pontual, mas alguém precisa ter a calma e alguém precisa apontar e esses sentimentos são aflorados aqui. Eu sei dos limites das representantes do governo que silenciaram e foram muitas que silenciaram e as vezes conversaram no privado mas aqui não podia conversar e acabei sendo porta voz da sociedade civil e do governo, e esta carga é pesada, vamos dividir isso, e vamos fazer porque tudo que estamos fazendo são para as próximas mulheres que estiverem neste Conselho, e foi neste pensamento que ficamos aqui até agora, peço que este decreto que esta socializado com Ministério Publico, com Defensoria Pública e com a Rede, que seja ele mesmo que seja publicado porque foi ele que foi aprovado nessa plenária aqui e que não invente outro enredo para ele e não acrescente e nem tire uma virgula para que ele seja preservado no ponto de vista das mulheres que nesta gestão foram tão sacrificadas e que quando digo mulheres eu digo mulheres de Minas Gerais. **A Conselheira Marilda** se posiciona e sem querer se alongar muito por ser desnecessário e já foram falado tudo, mas é lamentável o que este governo fez, mas pede licença e desculpas para as conselheiras representante do governo, mas é inaceitável este sentimento para nós e fala em nome da entidade que representa, é isso, e vamos deixar este tempo que vai ficar marcado e não vamos esquecer mas precisamos seguir porque a nossa luta é tudo, mas a situação é inaceitável. **Dra. Samantha** pergunta sobre a representação da Subsecretaria de Direitos Humanos, e solicita informação sobre o Decreto. **A Conselheira Juliana** se posiciona responde que representa Subsecretaria de Direitos Humanos e procurou verificar para trazer informações sobre o Decreto para a sessão plenária e foi informada que o decreto esta na Coordenadoria de Políticas para as Mulheres e a Coordenadora Jailane encontra-se de férias e ela tem somente esta informação. **Dra. Samantha** pergunta se não há outra pessoa que responde por ela durante as férias, Juliana responde que quem está respondendo pela Jailane é a Superintendente de Participação e Diálogos Sociais Ana Carolina Gusmão, **Dra. Samantha** fala que terá uma reunião no dia seguinte com a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres com a Servidora Beatriz Trindade, e vai buscar esta informação. Telma passa para o ponto de pauta: 1 - Aprovação da Ata da Plenária Extraordinária ocorrida no dia 12 de novembro de 2021, a presidente **Telma** pede a todas que tiverem algum apontamento para correções na Ata se Posicionem, portanto não houve nenhuma alteração, e considera a Ata aprovada por todas. Telma passa para o segundo ponto de pauta: 2 - Apresentação e Aprovação do Calendário de Reuniões Plenárias de 2022, Telma pede uma explicação para a servidora Elenir sobre esta aprovação do calendário, por esta vencendo o mandato até mesmo por não saber como olhar para esta pauta, já que não estará mais no conselho e não será cumprido por ela, Elenir se posiciona e explica que normalmente o calendário de reuniões plenária do conselho é apresentado e aprovado na primeira plenária anual do conselho, e mesmo entendendo que o mandato da sociedade civil está vencendo, precisamos manter o calendário agendado, para que o conselho não fica sem espaços para se reunir e não só o pleno, mas também as comissões, por isso sugeriu manter todas as terceira sextas-feiras do mês, na plataforma virtual do Zoom. **Telma** fala que a titulo de reserva de ambiente virtual o novo pleno pode pedir alteração de data se for necessário. **A conselheira Tetê** fala que continua na angustia e como vai reservar o espaço e entendo que não somos nós e a preocupação é que nós encerramos dia 14 de fevereiro e esta faltando quatro dias, encerra e não tem mais o que fazer embora não ser nosso desejo, e a gente desejava uma prorrogação para fazer isso com calma o decreto esta assinado direitinho a própria comissão a ser organizada para eleição e o próprio 08 de março que está na agenda e já foi dito no grupo e em bons sons que dia 14 de fevereiro encerrou e não temos prorrogação encerra nossos trabalhos e houve em conjunto no sentido de fazer a coisa acontecer no conselho e nos ficamos só apagando incêndio e acabamos todas chamuscada e fico pensando que reservar espaço não tem problemas e pensa numa cidade e nos territórios com as pessoas então seriam agenda para as pessoas participarem e que pessoas são estas? A próxima gestão quando for eleita sobre a luz de um decreto que acredito que pode ser este pode não ser e se a **Dra. Samantha** não fizer esta intervenção e se a gente não ficar firme na resposta que talvez não seja mais este decreto, como foi no Cejuve que mudou e fez alterações básicas nele de corte de pessoas, de juventude negra, pensou-se outro nome, e esta reserva de espaço é uma questão de logística, e não vejo possibilidade de estar voltando, e a gente vai voltar sem existir? É como guardar um lugar na marquise quando estiver desabrigada se tiver um lugar para não molhar, então não vejo agenda daqui pra frente, guardar uma agenda onde um conselho findado o seu mandato dia 14/02 quem vai ser convocado? Então fico

pensando que a gente esta em devaneio muito grande e, são pratico a gente pediu e foi muito tranquilo, vamos prorrogar o prazo foi dito e então agendar sobre qual ótica? E não sei qual é esta lucubração de coisas que não existem, então fico pensando que o 08 de março programado por nós eu não sei se ele existe, a gente vai pegar o bonde e eu sou de uma entidade que não perdeu o bonde na história, e a gente esta em algum lugar, estou na rede, na atividade da ALMG, e estou participando de tudo mais o Conselho Estadual não esta em lugar nenhum mais, e esta findando a gestão no dia 14/02, eu não vejo aprovar ou não aprovar, não sei se isso tem importância aprovar na ata, talvez seja bom guardar o espaço para as pessoas talvez seja bom para as mulheres e a gente não esta olhando, e as mulheres não vão estar presentes e me incomoda muito é a comissão que esta sendo formada, e já esta sendo escrito um material, mas sem a presença da sociedade civil e estou propondo aqui pessoas de fora para Participar da comissão para não ficar esta coisa muito na responsabilidade de uma pessoa só esta fazendo isso, quando uma pessoa só faz a gente aponta sim se tiver alguma dificuldade, alguma organização que não seja do agrado ou alguma coisa que faz a diferença, e quem escreveu sozinha que vai arcar com isso e a sociedade civil precisa estar ali, contando que não seja eu. Porque se não eu não volto e acho que nenhuma entidade, eu não estou aqui lutando para sair do conselho e sim lutando para ficar e funcionar, então acho que o calendário tem que fazer observação um calendário para um conselho que se extingue dia 14 de fevereiro, e termina nosso pleito não tem prorrogação não tem conselheira e não tem calendário, isso para mim é óbvio, e gostaria de saber se é só o calendário se é só para guardar espaço se as pessoas não poderão fazer mais nada, e inclusive para referendar esta ata, porque esta Ata é importante e a gente deveria voltar para dizer que esta Ata seja aprovada, porque se não a gente sai sem este conteúdo desta Ata e isso eu acho que tem que ser, mas o 08 de março já esta descartado, e agendamento talvez se tiver que guardar um espaço se caso acontecer, não vejo compromisso a partir se nos foi negado a prorrogação. **Telma** conclui a fala de Tetê e propõe a votação da proposta de fazer a aprovação ou não do calendário, que ficou entendido a partir de todos os argumentos que a Tetê colocou. Tetê registra no chat a abstenção do voto, Marly também vota contra aprovação da agenda e se abstém o voto revoltado, A **Conselheira Leidiane** fala que esta chegando e precisa ouvir mais, porém em relação ao calendário, super entende e apóia, mas tem um outro posicionamento em questão do calendário e aprovaria não para que outro cumpra, mas esta gestão por mais que as conselheiras tiveram bastantes desafios e muitos obstáculos, mas que deixem o mandato de forma coesa, com o que vocês foram que diante de tantos desafios conseguiram ainda manter o conselho, então acho que o indicativo é precisamos continuar, então sou a favor neste posicionamento de algo que fizeram tão bem feito e deixar o cronograma pronto é gratina-lo, e vota a favor da aprovação do calendário. **A conselheira Karen** se posiciona e vota a favor da proposta do calendário e sente solidária com a fala das conselheiras e contempladas com a fala da Leidiane, considera legítima a necessidade de resguardar as datas e vota de acordo. **A Conselheira Juliana** se posiciona e vota favorável e coloca que participa de outros conselhos inclusive o da Promoção da Igualdade Racial, e do conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, e vê a dificuldade que tem de manter uma data que é histórica nos conselhos, e acha importante os conselhos manterem estas datas. Observa que o CEM poderia também manter seu calendário, às 3ª sextas-feiras de cada mês, vê o calendário como uma forma de garantir a continuação das datas de costume, principalmente porque espera que muitas de nós possam estar dentro deste novo mandato e que caso tenha alterações as datas poderão ser mudadas. **A conselheira Bárbara Bella** colocou no Chat que é favorável, **A conselheira Marília** também colocou Favorável no chat, Telma solidariza as companheiras da sociedade civil a esta coisa que nos inquieta e incomoda, e agradece mais uma vez as conselheiras do governo, e temos a abstenção por parte das conselheiras da sociedade civil e a aprovação por parte das conselheiras do governo. Telma passa para próximo ponto de pauta: **4 - Eleição do Conselho ou indicação das representantes da comissão eleitoral para dar início ao processo eleitoral;** **Telma** inicia falando sobre a questão da proposta de formar uma comissão e que podemos indicar duas pessoas para participar desta comissão e quem, se dispuser se prontifica lembrando que quem participar da comissão esta fora, **Telma** apresenta que a conselheira Marilda esta disposta a participar da comissão eleitoral e Bárbara Ravena também se disponibiliza, pergunta se mais alguém de disponibiliza, a conselheira Juliana se coloca a disposição para compor a comissão Telma agradece a Juliana por fazer parte da comissão e Juliana convida as outras conselheiras do governo para se prontificarem a participar desta comissão por ser um trabalho um pouco árduo, e quanto mais pessoas participarem para um melhor desenvolvimento neste trabalho, Telma pergunta se indicar uma pessoa que não estar presente pode comunicá-la depois, Juliana fala que pelo fato da Conselheira Jailane estar de férias não sabe o que dizer e como proceder

quanto a isso. **A conselheira Tetê** fala em nome da sociedade civil e é inteiramente sociedade civil e fica pensando nesta organização desta comissão que estamos formando uma comissão onde é muito importante a sociedade civil esta presente porque estamos fazendo um edital de eleição um texto para eleição de quem? De que segmento? Sociedade civil, então nada mais lógico é ter a presença da sociedade civil participando é importante ter governo, mas é importante ter a sociedade civil, mas é um anseio meu que é para um futuro para um país que seja mais socialista, porque gostaria muito de intervir porque no conselho municipal conversa muito sobre isso antes para quando for indicar alguém de alguma secretaria, vamos ver se a pessoa gosta de tratar a pauta da mulher e falo disso porque é um desconforto e talvez seja uma deficiência de entender porque que a balança do nosso lado é tão medida passo a passo e a sociedade civil é muito importante o tempo todo, mais tem que ter uma comissão para te escolher, a gente precisa passar por uma série de testes coisa que nos outros setores é só indicação e só ficamos sabendo depois, e esta abertura, e esta transparência com que a sociedade civil é eleita para um conselho ela destoa muito da forma como as representantes do governo, isso é bacana? Não sei? Eu me sinto um pouco incomodada com tantas regras, mas é importante que tenha, mas ai chega à conclusão que é importante que a gente seja competente para estar ai, que tenha uma entidade que tenha uma trajetória com a questão da mulher que ela passa por uma eleição ali e é eleita por outras colegas algumas levam bomba e outras ficam e a gente sabe que é isso é o mesmo peso e a mesma medida ela não acontece do lado de lá não há uma comissão que faça com representação da sociedade civil, para eleger, ta errado é a construção do conselho ai á um conceito que estou colocando hoje e é algo que passa por mim porque somos tão importantes e ao mesmo tempo tão relegadas a um lugar que para você entrar precisa ser eleita e é disso que estou falando, e hoje estamos com uma pessoa deste jeito no conselho municipal com uma bomba deste jeito a pessoa quer a pessoa gosta tem competência mas a chefia dela acha que não, e é melhor ela ficar dentro do escritório e vai colocar outra, e estamos Defendendo exatamente se a pessoa gosta se a pessoa quer e se a pessoa tem disponibilidade que ela venha e isso é um incomodo que carrego a anos no formato em que a sociedade civil é cantada em verso e prosa que como ela é importante e ao mesmo tempo ela é na sua entidade ela tem que passar por esta prova, e acho que pode ser justo hoje aos nossos olhos, mas há alguém que vai fazer um estudo pensando assim, porque o critério é tão diferente, porque somos mulheres, e para estar no conselho precisa te trajetória e precisa gostar e é isso, são dois pesos e varias medidas e não precisa dar resposta, porque isso tenho que buscar resposta dentro de mim mesmo estudando e buscando resposta ai fora, tomara que muita sociedade civil esteja presente nessa próxima gestão. **Telma** retoma a palavra e estando de acordo com a comissão apóia a todas que se dispuseram e agradece a todas as meninas que se dispuseram em participar, e faz encaminhamento e a última proposta seria o 08 de março, mas Acredita que não temos mais o que Fazer e caso alguém queira se posicionar pode ficar a vontade. **A conselheira Tetê** fala que é a parte derradeira eu acho que a gente não desiste da luta e a Assembléia já fechou as organizações e não adianta querer entrar, quem não entrou não entra mais e tudo já foi feito através da comissão de mulheres pela Deputada Ana Paula, e a rede de enfrentamento a violência contra a mulher esta planejando uma carreata e vai enviar para o conselho a organização da rede, e tem também um momento de formação com o filme o corpo é nosso com a presença da diretora do filme e o mesmo vai acabar de levar para o conselho e abre o convite para que todas possam participar a sociedade civil e governamental, para fazer uma alusão da questão do home Office a gente esta preparando uma sessão cinema que começa agora e vai se pautar o tema mulher, no caso o conselho municipal esta como debate, então vamos dar inicio com este debate na questão da mulher, e é o que pode incorporar o conselho nas atividades porque não tenho condições de organizar um 08 de março e um conselho que a gente quanto sociedade civil participa do 8M, que esta construindo ainda, participa da rede feminina e das nossas atividades virtuais que esta sendo construída e é isso que pode contribuir para o conselho e vai encaminhar no grupo e por e-mail, A conselheira Juliana, apresentar-se que acompanha os processos no SEI que é o sistema eletrônico do governo e onde faz as deliberações então normalmente tem uma diretriz no jurídico para aprovações das publicações no diário oficial e a deliberação ela tem que vir encaminhada junto com alguns outros documentos que são nota técnica que motiva o ato, na deliberação e a ata aprovada e assinada que comprova a matéria da deliberação e diz isso para garantir de certa medida o encaminhamento desta deliberação com os documentos que o Jurídico exige e se encaminhar esta deliberação sem os outros documentos o jurídico vai pedir a complementação, então diante disso acho que deverá agendar uma extraordinária para aprovação desta ata e assinar-la, **Telma** pergunta se não tem outra forma, **Dra. Samantha** pergunta se não há

possibilidade de assinar a ata logo após a reunião, Juliana responde que para redigir a ata precisa de tempo. **A conselheira Evelin relata** que não é desta forma e o que comprova é a assinatura das conselheiras no SEI, **A Conselheira Tetê**, explica que geralmente a aprovação da Ata sempre acontece na reunião seguinte para dar tempo de elaborar e encaminhar para as conselheiras por e-mail e fazer as observações, e depois de aprovada em plenária inserida no SEI para assinatura, Telma pergunta para Elenir qual seria o tempo mínimo para entrega da Ata, Elenir informa que no mínimo 03(três) dias para redigir a Ata e encaminhar para todas as conselheiras. **Telma** faz os encaminhamentos – Encaminhamentos, deliberação com os nomes das conselheiras para a comissão eleitoral, Marilda Silva, Bárbara Ravena e Juliana Cordeiro – Encerramento. Cumprida a finalidade da reunião, a presidente procede ao seu encerramento, às 16:30min. Eu Elenir Rios, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todas Conselheiras presente.



Documento assinado eletronicamente por **Telma Patricia de Moraes Santos, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Melo Cordeiro, Coordenador(a)**, em 11/02/2022, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karen Michelle Antonia de Oliveira, Servidor (a) Público (a)**, em 11/02/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marly Duarte de Souza, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Silva Moraes Ramos, Servidor(a) Público(a)**, em 11/02/2022, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Terezinha Lucia de Avelar, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília Rafael Moreira Marques de Oliveira, Assessor(a)**, em 11/02/2022, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Bella Paiva, Servidor(a) Público(a)**, em 11/02/2022, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evelyn Klein Esteves de Lima, Assessora**, em 11/02/2022, às 20:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ARLETE ALVES DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 11/02/2022, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Leidiane Ferreira Marcelino de Souza, Servidor(a)**



**Público(a)**, em 11/02/2022, às 22:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41963280**

e o código CRC **59212DC6**.

---

**Referência:** Processo nº 1480.01.0011675/2020-04

SEI nº 41963280